

O Investimento direto estrangeiro e a desarticulação social: o caso brasileiro.

Ana Maria Rita Milani ¹

Este texto sintetiza a análise do aprofundamento da desarticulação social no Brasil a partir da adoção do programa de ajuste estrutural, tendo como variável de estudo o investimento direto estrangeiro (IDE) e sua contribuição para o aumento da demanda efetiva na visão kaleckiana.

Nas últimas décadas do século XX, os países latino-americanos implementaram um conjunto de políticas que frequentemente foram denominadas de “ajuste estrutural”. Este pode ser entendido não só como um programa econômico, mas também como um ajuste institucional do mercado de trabalho, que provoca transferências de rendas, de bem-estar e de riqueza de uma parte da sociedade para outra. Esse ajuste se consolidou num programa de reformas, as quais consistiram em novo papel do Estado, desregulamentação e abertura econômica – comercial e financeira. Esta última trouxe como consequência um aumento considerável do IDE, promovendo uma nova configuração industrial e modificando o tripé – capital privado, estrangeiro e estatal – que sustentava o modelo de desenvolvimento da década de 80. Assim, com a abertura, o capital estrangeiro ganhava espaço com forte presença nas operações de Aquisições e Fusões ocorridas no Brasil na década de 90. Na configuração da nova ordem industrial predominou o capital estrangeiro, haja vista as decisões de investimento priorizarem as suas forma de inserção internacional, totalmente concentrada na formação de oligopólios globais. A forma com que se processo o investimento não contribuiu para o crescimento econômico esperado, porque o mesmo não se consubstanciou em ampliação de capacidade produtiva, pelo contrario, participou no estoque de capacidade já existente, não aumentando o investimento e restringindo o seu efeito expansivo sobre o produto e o emprego. O baixo desempenho do investimento não conduziu à expansão da demanda efetiva.

Observa-se, então, que com as reformas, os principais indicadores do comportamento econômico da década de 90 mostraram-se insuficientes para dar sustentação à demanda, e o resultado foi o crescimento do desemprego, a queda dos salários reais, a redistribuição regressiva da renda, conduzindo para um quadro socialmente mais excludente, marcando definitivamente o aprofundamento da desarticulação social.

A desarticulação social não é um fenômeno novo, na década de 60 os estruturalistas entendiam-na como a diferença estrutural existente entre o primeiro e o terceiro mundo, tanto no nível de exploração que estas economias experimentaram quanto na diferente adaptação desses países aos processos de inovação tecnológica. Neste trabalho, a desarticulação social pode ser compreendida como o descompasso entre o aumento da produtividade e o aumento do nível de salários, quer dizer, os salários não acompanham o ritmo de crescimento da produtividade. Contrariamente a uma economia desarticulada, a articulada se constrói através de um regime de acumulação em que o aumento dos salários acompanha o ritmo de crescimento da produtividade, como aquele que se estabeleceu no capitalismo dos países centrais depois da Segunda Guerra Mundial. A implementação do ajuste estrutural na economia brasileira reproduziu um regime de acumulação mais desarticulado do que seu antecessor, o modelo de substituição de importações, dando início a um novo modelo cuja característica principal é a desarticulação social. Esta se manifesta

¹ Professora Assistente do Departamento de Economia da UFRR.

através da redução dos salários reais dos grupos de rendimentos mais baixos e da elevação do desemprego.

A queda do emprego experimentada pela economia brasileira serviu para garantir o aumento da produtividade, haja vista que esta última não aumentava por conta do aumento do investimento, sendo explicada, embora em parte, pelo aumento do desemprego. Dessa forma, o mercado se restringe, limitando as decisões dos investidores e como decorrência a demanda efetiva não se expande, refletindo-se no padrão de consumo e da produção. Nesse sentido, como Kalecki tinha frisado, a distribuição da renda é um fator determinante da renda através da repercussão dela nas decisões dos investidores. Uma economia articulada origina-se principalmente pelo aumento dos salários nacionais, o que possibilitaria a expansão do mercado interno e da demanda efetiva. Na década de 90, no Brasil, o aumento da produtividade não se transformou em incrementos de salários o que levou a um aprofundamento da desarticulação social que tomou a forma de círculo vicioso, negando a possibilidade da economia se adentrar no caminho da articulação. O aprofundamento da desarticulação social acaba influenciando de forma negativa na demanda efetiva, seja pela queda do consumo dos trabalhadores como também pela queda dos investimentos. É importante frisar, que a combinação de baixo investimento com aumento de taxa de produtividade não se sustenta no tempo, por ser uma relação incompatível e contraditória, que no longo prazo, não prospera. Destarte, a economia reproduziu um regime de acumulação de exclusão das massas dos “ganhos” da produtividade, proporcionada pelas reformas estruturais aplicadas na economia brasileira.

As políticas “pelo lado da oferta” da economia que prometiam fazer deslanchar a economia do Brasil não tiveram sucesso, pois na verdade, o problema reside no “lado da demanda” na medida que se o gasto em investimento não se modificar, dificilmente atingir-se-á o crescimento a longo prazo.

Enfim, o modelo de “ajuste estrutural” na tentativa de ajustar os principais problemas econômicos da economia brasileira, acabou aprofundando os problemas sociais, dando prioridade às políticas de curto prazo e sacrificando qualquer possibilidade de poder planejar políticas de longo prazo. O novo regime de acumulação determinou um modelo de crescimento desarticulado que se materializa às custas de salários baixos, investimentos que não se transformam em nova capacidade produtiva e a falta de elos no encadeamento produtivo. Ou seja, o projeto neoliberal aplicado no Brasil não conduziu ao crescimento auto-sustentado, já que a taxa de investimento não se eleva e os salários crescem a uma taxa menor que a da produtividade, implicando restrição da demanda efetiva, tornando-se um círculo vicioso que se vai fechando com o tempo.

A nova configuração industrial com um incremento da participação da empresa estrangeira e a saída do Estado de setores “chaves”, em meio a um mercado de trabalho precarizado com elevação do desemprego, constitui-se na nova cara do desenvolvimento brasileiro, cujo cenário deixa postergada qualquer política de distribuição da renda.